Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo **Class.:** 43

Data: 27 de Novembro de 1977 **Pg.:**

Faltaram projetos polêmicos

FSP 27/11/77

BRASILIA (Sucursal) — A presença do bispo de São Félix do Araraguaia, D. Pedro Casaldáliga, e do presidente do Conselho Indigenista Missionário, D. Tomás Balduino, na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o Sistema Fundiário, constituíram-se num dos acontecimentos mais importantes das comissões técnicas da Câmara, no decorrer deste ano.

A importância dos depoimentos dos representantes do clero parece resultar, em sua maior parte, da ausência de projetos polêmicos e do reduzido interesse popular inerente aos assuntos que este ano mereceram a constituição de Comissões Parlamentares de Inquérito.

Se Casaldáliga e Balduino, entre outros, não tivessem feito depoimentos denunciando violências a posseiros e aquisição ilegal de terras de índios e de pequenos agricultores, as CPIs que funcionaram na câmara durante este ano encerrariam suas atividades praticamente ignoradas pelo público e até pelos próprios parlamentares.

O comportamento das comissões de inquérito durante este ano contrariou um hábito que vinha se consolidando desde 1974, quando o MDB passou a ocupar mais de um terço das cadeiras da Câmara. Desde aquela época, as CPIs lá constituídas tiveram como tônica o questionamento permanente do modelo político e econômico em vigor no País e mantiveram um nível de discussão capaz de prender a atenção da representação parlamentar.

O mesmo não aconteceu com a CPI do Sistema Fundiário, que ao final do prazo, teve como conclusões finais o voto em separado do MDB, porque a representação arenista não compareceu à reunião, dando-lhe maioria para decidir.

Nas outras CPIs, do Índio e dos Minérios, o único momento mais movimentado foi o da aprovação do relatório final apresentado pelos relatores designados, respectivamente Ubaldo Correa e Prisco Vianna, ambos da Arena.

AUSÊNCIA DE MINISTROS

Houve momentos, durante o funcionamento das CPIs, em que questões políticas pareciam ter ali uma possibilidade de solução. Uma delas diz respeito ao ministro da Justiça, Armando Falcão, que, diversas vezes criticado por não aceitar ser sabatinado por parlamentares, chegou a confirmar sua ida à CPI do Sistema Fundiário, para discutir os conflitos de terras. O mesmo aconteceu com o ex-ministro do Exército, Silvio Frota, que manteve contatos com o relator da CPI, Jorge Arbage, sobre a possibilidade de comparecer ao órgão de investigação para explicar a intervenção do Exército Nacional nos conflitos. Ambos, apesar das promessas, lá não compareceram, porque a liderança da Arena não autorizou a prorrogação dos trabalhos da CPI, e, em consequência, tornou sem efeito os depoimentos previstos para o novo período de atividades.

COMISSÕES TÉCNICAS

A Comissão de Justiça, que durante anos se caracterizou como forum de debates de temas institucionais — até mais que o plenário — não conseguiu este ano manter a tradição. Os únicos assuntos políticos por ela examinados este ano, sem grandes discussões, foram os projetos do inquilinato, de criação de legenda provisória (visando à formação de novos partidos, de acordo com as manifestações do eleitorado no pleito de 1978) e de prorrogação do mandato partidário.

Com exceção de alguns simpósios e mesas-redondas — sobre desemprego na indústria automobilística e seguros privados, promovidos pela Comissão de Economia, dependência tecnológica, pela Comissão de Tecnologia, e novos rumos da diplomacia ocidental, pela Comissão de Relações Exteriores —, com exceção dessas, as outras comissões da Câmara funcionaram apenas com a apreciação de projetos, realizando eventuais sessões de audiência pública para ouvir representantes do Executivo a respeito de matérias em tramitação.